

## **Reformulação curricular no ensino superior em turismo: estudo multicaseos**

Paula Dutra Leão de Menezes

*Universidade Federal da Paraíba. E-mail: leaopaula@ccta.ufpb.br*

O objetivo deste trabalho é compreender como é realizado o processo de reformulação dos currículos em cursos de bacharelado em turismo. Defende-se que a reformulação curricular no ensino superior é uma das orientações expressas nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e no Sistema Nacional de Avaliação Superior. Assim, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário aplicado com o docente responsável pelo processo de reformulação do Projeto Pedagógico de Curso. Caracteriza-se como um estudo de multicaseos, uma vez que foi realizado em três cursos de bacharelado em turismo, de três universidades federais do nordeste do Brasil. Constatou-se que as relações de domínio dos docentes na reformulação dos currículos esteve sempre presente no processo de reformulação. As reformulações descartaram questões sobre o panorama dos cursos de turismo no país, bem como, questões relacionadas a base filosófica e epistemológica da formação e do currículo. Alguns anúncios ficaram em destaque, principalmente quanto a superficialidade para atender aos macroelementos relacionados aos processos normativos e avaliativos da política educacional.

Palavras-chave: Reformulação Curricular, Ensino Superior, Bacharelado em Turismo.

### **Introdução**

Os currículos específicos nos cursos de graduação são responsáveis tanto pela formação humana como também profissional de um sujeito e através destes que se define os objetivos do curso e o perfil do egresso, ou seja, qual profissional será formado.

Dentre os elementos que se entrelaçam na construção de um currículo estão os macroelementos (se relacionam com a política nacional de educação e a legislação para o ensino superior) e os microelementos (se relacionam com os atores envolvidos no processo de estruturação e formação desses currículos específicos nas instituições de ensino).

Ball (1987 apud Moreira, 1990) destaca que três modelos compõem o modelo de mudança curricular: Relações de mudanças; Estruturas de mudanças e Condições de mudanças. As relações de mudança envolvem as lutas pelo poder entre grupos e segmentos, cada qual defendendo suas respectivas missões. As estruturas de mudanças incluem as instituições, procedimentos, papéis e indivíduos que constituem os locais de definição de políticas educacionais e administração através dos quais ou em relação aos quais a mudança deve ser efetuada, mediada, defendida e negociada. Por último, as condições de mudanças são fornecidas especificamente pelos contextos econômico e político exigentes pelo clima dominante da opinião pública.

De acordo com Menezes e Teixeira (2017) as questões inerentes ao currículo não podem ser dissociadas de três elementos: primeiro, a questão de poder nas Instituições de Ensino Superior; segundo, os atores envolvidos e as relações interpessoais (relações essas que ocorrem dentro de um campo e sofrem influências dos diversos atores e das respectivas relações de poder existentes no campo) e, por último, o contexto em que esses currículos são formados (incorporando e convivendo com as diferenças, as questões de gênero, etnia, sexualidade).

O processo de reformulação curricular em cursos de bacharelado em turismo permite elucidar como e por que ocorrem. Pereira (2017) explica que para instituir mudanças em um currículo de graduação deve-se primeiramente avaliar o currículo em funcionamento para saber se os objetivos formativos estão sendo concretizados de modo que possibilite determinar que o novo currículo proposto efetivamente seja mais inovador, crítico e emancipador do que o que estava em funcionamento. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é compreender como é realizado o processo de reformulação dos currículos em cursos de bacharelado em turismo.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, utilizando como instrumento de coleta de dados um questionário aberto aplicado com o docente responsável pelo mais recente processo de reformulação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de três cursos de bacharelado em turismo de três universidades federais nordeste do Brasil.

### **O Ensino Superior em Cursos de Turismo: breve histórico**

Os primeiros cursos de turismo no Brasil surgem do início dos anos de 1970 pós reforma educacional de 1968 para atender o setor turístico que estava em expansão. Era um período em que a influência tecnicista norte-americana aumentava no país e os cursos de turismo atendiam bem os preceitos do modelo capitalista e apresentavam características extremamente pragmáticas.

Os cursos de bacharelado em turismo são responsáveis por formar profissionais para trabalharem no setor turístico em empresas públicas e privadas. Sogayar e Rejowski (2011) destacam que o ensino superior no Brasil se estabeleceram a partir de dois modelos os quais nortearam a maioria dos bacharelados no país: o com foco na formação profissional voltado para o mercado; e o com foco na formação acadêmica com maior fundamentação nas ciências humanas e sociais. O primeiro era um modelo seguido principalmente pelas faculdades isoladas privadas, e o segundo pelas universidades públicas e privadas, estas últimas confessionais (religiosas). No entanto, ambas buscavam a integração de conhecimentos multidisciplinares por meio do planejamento turístico, contemplado na grade curricular a partir do terceiro ano. Essa

integração de conhecimentos multidisciplinares se deu em decorrência das bases do estudo do turismo se relacionar com a sua construção teórica.

Peres, Menezes e Teixeira (2016) explicam que a década de 70 é a primeira fase do ensino superior em turismo no país e o ensino enfatizava o *saber fazer*, há uma supervalorização do como fazer, ensina-se saber fazer e os cursos de turismo ensinavam como trabalhar em empresas do segmento turístico, a exemplo de agências de viagens e hotéis, bem como fazer o planejamento turístico de um destino.

A reforma educacional possibilitou também conforme Martins (2009) o surgimento do novo ensino superior privado no Brasil que nas décadas seguintes ocasionou a grande expansão do número de Instituições de Ensino Superior (IES) Privadas, em 1995 o Brasil possuía 894 IES sendo 76,5% privadas e 23,5% públicas (Censo da Educação Superior MEC/ INEP, 1995).

A partir de 1995 aumenta também o número de cursos de turismo sobretudo nas instituições de ensino superior privadas prevalecendo o modelo de formação profissional com foco no mercado das faculdades privadas.

Em 1995, tem início uma outra reforma na educação no país em um cenário de globalização que principia com o setor econômico, mas que com o passar das décadas evidencia-se também em outros setores da sociedade, a exemplo da educação. Nesse cenário, o ensino superior deve possibilitar uma formação que não visa a atender somente as necessidades de um modelo capitalista neoliberal, mas também, a dimensão da formação de um sujeito integral conectado com as questões sociais, culturais e ambientais.

Os reflexos e consequências da nova sociedade que surge no final do século XX e na primeira década do século XXI, com a grande influência das novas tecnologias e das novas formas de comunicação, bem como, da política educacional implementada nesse período começam a ser constatadas a partir de 2010. No caso do ensino superior em turismo, registra-se que em dez anos, entre 2005 e 2015, teve uma redução de oferta dos cursos de bacharelado em turismo, 56,94%. (Censo da Educação Superior MEC/INEP, 2005; 2015).

Contudo, será que tal diminuição tem relação com currículo em turismo e os objetivos formativos do bacharel em turismo? As finalidades da formação profissional do bacharel em turismo que são posto em prática nas IES através de seus currículos estão dando conta de proporcionar a sociedade e ao mercado de trabalho um sujeito em sintonia com o contexto atualmente existente?

Sobre as questões inerentes a educação em turismo, Cooper, Sherherd e Westlake (2001) analisam os princípios gerais da educação em turismo e hospitalidade e apontam que os problemas e as agendas são diferentes em cada país, contudo, que são universais. De acordo com os autores a área possui uma abordagem fragmentada e com uma falta de padronização, Como não havia estrutura acadêmica ou institucional para tais cursos, eles se desenvolveram de maneira geral e não planejada.

O contexto e as condições sociais de como surgiram e foram criados os cursos de turismo são distintos da realidade atual, nesse sentido, as IES devem se adaptar em todas as dimensões para atender as necessidades de formação social, emancipatória e também laboral incluindo-se aí os seus currículos.

### **Currículos no Ensino Superior**

A construção de um currículo envolvem diversos elementos e atores que coexistem em um processo com relações assimétricas em um campo de disputa. “O currículo é lugar, espaço e território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade”. (Silva, 2002, p. 150).

A política educacional através da legislação para o ensino superior têm as orientações para que o documento currículo seja elaborado e depois seja efetivamente posto em prática. Silva (2002) esclarece que o currículo seria um objeto que precederia a teoria, a qual só entraria em cena para descobri-lo, descrevê-lo, explica-lo, contudo, a teoria não se limitaria, pois, a descobrir, descrever, explicar a realidade: a teoria estaria irremediavelmente implicada na sua produção.

No que concerne a legislação para a construção dos currículos no ensino superior, em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) juntamente com as demais leis, normas e pareceres que compõem a legislação para a educação superior buscam implementar uma política educacional com o objetivo de se afastar do tecnicismo implantado na década de 1970.

Os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) são os documentos em que estão registrados todos os elementos da formação de um discente na graduação, é o currículo prescrito, onde se encontram os objetivos do curso, perfil do egresso, disciplinas, bibliografia, formas de avaliação entre outros elementos. Os currículos são elaborados considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Turismo através do Parecer CNE/CES

nº288/2003 e da Resolução CNE/CES nº13 de 2006 além das demais leis, resoluções e pareceres que estabelecem a Política Educacional de Graduação.

Na legislação vigente encontra-se a necessidade da avaliação, desse modo, o Parecer CNE/CES nº776 de 1997 institui as orientações para a elaboração dos currículos e estabelece que as diretrizes curriculares devem incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas. No que concerne ainda a avaliação a Lei 10.861 de 2004 estabelece o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que deverá assegurar avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos.

Cada curso de graduação de acordo com Resolução a 01, de 17 de junho de 2010, deverá também possuir um Núcleo Docente Estruturante (NDE) constituído por docentes que tem como atribuição acompanhar e atuar como consultor no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Constata-se que no que se refere aos macroelementos, que envolvem os aspectos relacionados a política nacional de educação e a legislação para o ensino superior de graduação, a avaliação é um componente significativo que, por sua vez, influencia nos microelementos.

Ao abordar a questão da avaliação curricular Pereira (2017) esclarece que deve-se ter cuidado para não confundir avaliação institucional com avaliação da aprendizagem, a primeira pode incorporar a segunda, mas esta, necessariamente, não pode acontecer independente daquela. Na avaliação institucional do sistema avaliativo, pode-se avaliar todo tipo de política e ação pedagógica entre este e o currículo. O autor explica ainda que herdamos de Tyler a ideia de avaliação curricular e as diretrizes associadas ao planejamento de currículo e seu controle.

No que se relaciona a construção do currículo, Silva (1990) ao analisar aborda duas vertentes a conservadora (tecnicista) e a crítica-dialética e aponta dois tipos de currículo: o currículo produto, resultante da visão tecnicista e racional; e o currículo formação resultante da visão crítica, que compreende o movimento que contesta a reprodução do conhecimento a ser transferido no currículo.

Os currículos têm sentidos, são históricos e socialmente determinados, formados em um campo de disputa entre elementos e pessoas envolvidas na sua elaboração e reformulação e,

nesse processo emerge o currículo produto X currículo formação que reflete a sociedade. Nessa perspectiva, Pereira (2017) analisa a relação entre avaliação e reformulação curricular e esclarece que nenhum currículo deveria sair de cena sem ser avaliado de maneira que fique evidente quais sujeitos sociais ele formou e para que.

Avaliar o currículo nos seus microelementos é conhecer efetivamente as demandas, detectar as fragilidades e levar a reflexões para que ações sejam realizadas com o objetivo de modificar o que realmente é necessário.

### **Apresentação e análise dos resultados**

Na busca de compreender o processo de reformulação dos currículos dos cursos de bacharelado em turismo das três instituições que compõem esse estudo e considerando o porquê mudar, modificar foi questionado aos docentes responsáveis pelo processo qual a motivação para realizar a reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). As três universidades federais foram identificadas por letras do alfabeto para preservar o anonimato dos docentes que responderam ao questionário.

No quadro 1 é possível verificar as motivações para realização da reformulação do PPC de turismo em cada instituição.

#### **Quadro 1: Motivação para Reformular os PPCs**

<b>IES</b>	<b>Motivos</b>
<b>“A”</b>	- Atender as Diretrizes Curriculares do MEC; - Adequar disciplinas ao mercado de trabalho.
<b>“B”</b>	- A avaliação externa do MEC; - Propor formação de acordo com as Diretrizes Curriculares do MEC; - Falta de articulação das disciplinas.
<b>“C”</b>	- Atender as Diretrizes Curriculares do MEC; - Exigência da própria IES; - Atualizar conteúdos, currículos, disciplinas; - Insatisfação dos discentes.

Fonte: Dados da pesquisa.

Evidencia-se que a política educacional com a nova legislação foi elemento fundamental na motivação da reformulação uma vez que as três instituições apontaram atender as Diretrizes Curriculares do MEC. A instituição “B” inclusive enfatiza que foi a avaliação de regulação realizada pela comissão do MEC e a necessidade de propor uma formação de acordo com as DCNs.

É importante registrar que os cursos das três universidades desse estudo foram criados no meio da década de 1990 no momento de expansão do ensino superior em turismo em todo o país e os PPCs dos cursos de turismo vigentes no período em que foi decidido reformular eram anteriores DCNs e ao SINAES.

A instituição “C” também expressou a exigência da própria universidade para que fosse feita a reformulação ratificando a preocupação em se adequar à nova política educacional. Na Instituição “C” também existia uma insatisfação dos discentes com o currículo que convergiu também para a reestruturação do currículo. É interessante ponderar que as motivações identificadas indicam que a reformulação foi desenvolvida com o intuito de ajustar o curso, uma vez que, foi para adequar e atualizar disciplinas, conteúdos, entre outros.

Pereira (2017) explica que há uma preocupação exacerbada em diversas instâncias do sistema educacional brasileiro, em particular no Ensino Superior, de reformular os currículos e tal preocupação deve-se as resoluções que instituíram mudanças no currículo de graduação.

Tendo em vista que: “Currículos não têm, entretanto, uma existência à parte dos homens que os criam. Currículos são, sim, invenções sociais [...] (Young, 1971 apud Moreira, 1990: 213), para conhecer como foi realizado a reformulação, questionou-se quem e como participou da reformulação dos PPCs de cada instituição.

#### **Quadro 2: Quem e Como participou da Reformulação**

<b>IES</b>	<b>Quem</b>	<b>Como</b>
<b>“A”</b>	- Docentes; - Representantes discentes.	- Não especificou.
<b>“B”</b>	- Docentes; - Discentes.	- Reuniões.
<b>“C”</b>	- Docentes; - Representantes discentes.	- Reuniões.

Fonte: Dados da pesquisa.

Constatou-se que nas instituições “B” e “C” docentes e discentes participaram da reformulação através de reuniões. A instituição “A” não especificou como ocorreu esse processo. É importante destacar que foram: 10 docentes na instituição “A” sendo que 7 docentes bacharéis em turismo; 11 na instituição “B” sendo 5 bacharéis em turismo e 5 na instituição “C” sendo que nenhum docente era bacharel em turismo. Somente a instituição “B” ponderou sobre a participação efetiva dos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE) no processo de reformulação conforme preconiza a Resolução a 01, de 17 de junho de 2010. É importante

destacar que a instituição “C” iniciou a reformulação em fevereiro de 2010, ou seja, antes da Resolução ser editada.

A participação de docentes com formação bacharelado em turismo representa uma mudança no quadro de docentes do ensino superior em turismo. Peres, Menezes e Teixeira (2016) observam que até o final dos anos de 1990, os docentes dos cursos de turismo eram profissionais com formação em outras áreas e que lecionavam nesses cursos porque tinham experiência no mercado de trabalho do segmento turístico. Nesse período ainda era muito pequeno o número de bacharéis em turismo no país.

Registra-se ainda que a instituição “B” também foi a única que proporcionou a todos os discentes participarem ativamente do processo de reestruturação, nas outras duas os discentes participaram através de seus representantes. Na instituição “C” foi um discente representante do Centro Acadêmico, um discente que se encontrava na metade do curso e um discente concluinte. A justificativa para tal escolha foi de perceber como o curso funcionava na aplicabilidade das disciplinas, sobreposição de conteúdos entre outros aspectos.

Considerando então a questão inerente a avaliação curricular como passo essencial na reformulação curricular, foi questionado se realizaram avaliação e o que detectou em relação aos currículos.

### Quadro 3: Realização de Avaliação

IES	Pesquisa Diagnóstica	Avaliação Detectou
“A”	Não foi realizada pesquisa formal.	- Necessidades de diminuir pré-requisitos; - Atualizar ementas.
“B”	Questionários com discentes, egressos e empresários que recebem alunos do curso para estágio.	- Inconsistência do PPC com o mercado de trabalho; - Incoerência na determinação da relevância das disciplinas; - Falta de articulação dos componentes curriculares.
“C”	Consulta a outros PPCs de outras instituições de ensino.	- Atualizar e rever conteúdos, disciplinas e nomenclaturas; - Diminuir carga-horária do curso.

Fonte: Dados da pesquisa.

No processo de reformulação as instituições “B” e “C” realizaram pesquisas para avaliar e detectar as necessidades a serem consideradas quanto à reformulação dos PPCs. Na avaliação realizada, do mesmo modo que nas motivações para reformulação curricular, revelou a necessidade de atualização de disciplinas e dos componentes curriculares. Apesar da instituição

“B” ter se preocupado em envolver além dos discentes, os egressos e empresários do setor os resultados apresentados na avaliação não evidenciam questões relacionadas a base filosófica e epistemológica da formação e do currículo.

Dessa maneira a rigor a dimensão da reestruturação dos PPCs dos cursos não abordou questões relacionadas aos objetivos formativos do curso e do perfil do egresso. Questões sobre qual a definição ou redefinição da atuação profissional? Como o currículo vigente possibilitou atingir aos objetivos? E como o novo currículo proposto possibilitará atingir aos objetivos? E, sobretudo, qual currículo interessa. Não houve discussão sobre a essência do curso e, nesse sentido, parece não dar um novo sentido para o currículo. Nesse sentido, Moreira (1990) elucida que torna-se difícil entender mudança curricular quando não se faz uma análise da formação social e do papel da educação nela.

No caso específico do ensino superior em turismo tais aspectos precisam ser debatidos e estudados, tendo em vista que Menezes e Teixeira (2017) ao analisarem a diminuição do número de cursos de turismo alertam que tal fato pode estar relacionado com a formação profissional, observam uma mudança no que diz respeito à formação na área e na definição do perfil profissional desejáveis para o egresso.

Mota e Anjos (2012) observaram que nos objetivos do curso como no perfil do egresso o curso de bacharelado foca para um perfil profissional amplo, humanista, crítico e reflexivo, com competências também para pesquisar.

Por sua vez, Gaio e Fernandes (2006) afirmam que as empresas que atuam no complexo sistema de turismo alegam que a pouca aceitação de profissionais com formação na área reside na falta de adequação do perfil dos mesmos principalmente no que tange ao pouco conhecimento das práticas profissionais (leia-se habilidades técnicas) por parte dos graduados na área.

Nessa perspectiva, o que percebe-se é que os currículos foram reformulados sem se preocupar efetivamente com o contexto mais amplo, e nesse sentido, é preciso alargar os debates e fazer um exame mais minucioso que possibilite uma reformulação mais profunda e significativa.

### **Considerações finais**

O presente estudo envolvendo três cursos de turismo em três instituições federais (IES), possibilitou verificar que a reformulação ocorreu essencialmente em virtude da política

educacional para adequar os currículos a legislação. As estruturas de mudanças e os procedimentos adotados demonstraram que a reformulação aconteceu em um cenário em que claramente emerge o papel e domínio dos docentes na seleção e definição dos componentes curriculares, ou seja, onde e como foi tecido o novo currículo.

As necessidades de alterações nos cursos detectadas através das avaliações pelos envolvidos direcionam para que o novo currículo proposto não tenha mudanças nas bases conceituais e na essência do curso, não abordando a base filosófica e epistemológica da formação e do currículo. Não apresentando discussões sobre qual conhecimento é significativamente válido para o cotidiano do egresso e que propostas curriculares efetivamente podem vir a ser legítimas.

Nesse sentido, o panorama atual dos cursos que segundo os dados oficiais Censo da Educação Superior do Ministério da Educação registram substancial redução de oferta dos cursos de bacharelado em turismo em todo o país, de modo evidenciado uma crise nos cursos de turismo. Contudo, essa crise parece não ter sido considerada de sorte que não foi analisado o espaço social desse currículo e, por conseguinte, não se consegue vislumbrar o contexto social, econômico e cultural dos sujeitos a serem formados.

É fundamental registrar que os cursos do referido estudo pertencem a universidades federais, são instituições públicas e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (1996) possuem ampla autonomia. O que destacamos que nem sempre direciona para mudanças mais significativas. Mesmo quando o principal ator envolvido no processo de reformulação, os docentes possuem estabilidade no trabalho (uma vez que são efetivados através de concursos públicos), logo, presume-se que estes sofrem menos pressões no exercício de suas funções, atividades permanecendo mais livres para manifestar suas opiniões, emitir juízos e provocar e efetivar mudanças mais significativas nos PPCs. A reformulação acaba por se caracterizar por superficial para atender aos macroelementos relacionados aos processos normativos e avaliativos da política educacional.

## Referências

COOPER, C.; SHERHERD, R.; WESTLAKE, J. **Educando os educadores em turismo: Manual de educação em turismo e hospitalidade**. São Paulo: Roca, 2001.

DE MENEZES, P. D. L.; TEIXEIRA, C. R. A formação do currículo universitário: estudo de caso sobre o projeto pedagógico do curso de bacharelado em turismo. **Revista e-Curriculum**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 200-220, mar. 2017. ISSN 1809-3876. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21894/22384>>. Acesso em: 09 ago. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i1p200-220>.

GAIO, C., & FERNANDES, L. R. Perfil do bacharel em turismo: a disparidade entre a realidade da formação profissional e a necessidade do mercado de trabalho. **IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Anais. Caxias do Sul-RS: SEMINTUR, 1-13, 2006.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, 106 V.30 (Jan./Abr. 2009) p.15-35.

MOTA, K. C. N.; ANJOS, dos F. A. Bacharelado ou tecnológico como opção de curso superior de turismo no nordeste brasileiro: O caso do Instituto Federal do Ceará (IFCE). In: **Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR)**, 9, 2012, São Paulo/SP. Anais eletrônicos do IX Seminário ANPTUR, Universidade Anhembi Morumbi, 2012. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2012/paper/downloadSuppFile/1072/682>>. Acesso em: 27/10/ 2017.

MOREIRA, A. F. B. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas: Papirus, 1990.

PEREIRA, A. AVALIAÇÃO E REFORMULAÇÃO DE CURRÍCULO: RELAÇÕES QUE SE (DES)ENCONTRAM NA PRÁTICA. **Revista e-Curriculum**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 293-324, jun. 2017. ISSN 1809-3876. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/13597>>. Acesso em: 09 ago. 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i2p293-324>.

PERES, M. R. H. M.; MENEZES, P. D. L. de; TEIXEIRA, C. R. Reflexões sobre o ensino superior em turismo no Brasil sob o enfoque das teorias psicológicas. En: **Anais do III Congresso Nacional de Educação**. Natal, RN, Brasil, 2016. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV056\\_MD1\\_SA\\_6\\_ID8051\\_25072016092554.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA_6_ID8051_25072016092554.pdf)> Acesso em: 09 ago. 2017.

SILVA, T. M. N. **A construção do currículo na sala de aula: O professor como pesquisador**. São Paulo: EPU, 1990.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOGAYAR, R. L.; REJOWSKI, M. Ensino Superior em Turismo em Busca de Novos Paradigmas Educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. **Turismo-Visão e Ação**, v. 13, n. 3, p. 282-298, 2011.

## Documentos

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES N°776, de 03 de dezembro de 1997**. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Recuperado de <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>> Acesso em: 04 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Superior. **Parecer 288/2003, de 06 de novembro de 2003.** Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos cursos de graduação. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13241:parecer-ces-2003&catid=323:orgaos-vinculados](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13241:parecer-ces-2003&catid=323:orgaos-vinculados)> Acesso em: 04 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES N°13, de 24 de novembro de 2006.** Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em turismo. Brasília: Câmara de Educação Superior. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf)> Acesso em: 09 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 1995.** Disponível em:

<<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 09 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2005.** Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 04 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2015.** Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>> Acesso em: 09 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 09 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei N°10.861 de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm)> Acesso em: 09 ago. 2017.